

PROGRAMA GRANDE CARAJÁS
Avaliação e perspectivas

(Roteiro para exposição no Seminário sobre a Amazônia
CIMI - Brasília - set.86)

Iara Ferraz*

Características gerais

- fragmentação da informação - processo decisório fechado
- grande extensão geográfica - 900.000 km² - 10% territ. nac.
- estratégia para rápida apropriação pelo grande capital - escala internacional - vultosos recursos (US\$ 60 bilhões em dez anos) - 8,5 milhões de habitantes ¹
(cronologia em anexo - PGC tem início com Projeto Ferro)
- espaço geo-político privilegiado para investimentos alta tecnologia, dispensando mão-de-obra - projetos multisetoriais em um só espaço: hidrelétricas, mineração, ferrovias, rodovias
- "Província Mineral de Carajás": "anomalia geológica" - só 20% conhecida - 25-30 bilhões de toneladas de minérios num raio de 60 km a partir da Serra dos Carajás (ver Ciência Hoje, nº 3, ano I, nov.dez.1982)
"descoberta" multinacional (US Steel) em 1967 do minério de ferro (18 bilhões de toneladas), alumínio, manganês, níquel, cobre, ouro, estanho, tungstênio, nióbio
- Projeto Ferro-Carajás (PFC) é o "carro-chefe" : mina/ferro via/portos - CVRD - início exportação: março 1985 (Itaqui) meta de 35 MTPA em 1987 (início exportação manganês: janeiro 1986- Ponta da Madeira; início exploração ouro Gurupi: dezembro 1985)
- financiamentos: Banco Mundial (US\$700 milhões inicial/e) Comunidade Econômica Européia (Alemanha: 11 empresas multinac.; Inglaterra:9; França:7; Holanda:5; Espanha:4; Bélgica: 3; Itália:2 e Luxemburgo:1)

¹ 131 municípios no Estado do Maranhão, 70 no Pará e 17 norte de Goiás

*Membro do Centro de Trabalho Indigenista (SP) e do Grupo de Trabalho-Carajás (SBPC- Regional Rio)

Principais projetos:

- ALUMAR (ALCOA: 60% e Billiton Shell: 40%) - maior investimento privado no Brasil) alumina-alumínio - São Luís (MA)
- ALBRÁS-ALUNORTE (Barcarena - Vila do Conde - PA)
70% CVRD + 30% Nippon Amazonian Aluminium Lt
(pressão ALCOA sobre ALUNORTE: só 1989)
- UHE Tucuruí - US\$ 9 bilhões - subsídio energia grandes projetos - 40 mil expropriados

Política incentivos fiscais e Conselho Interministerial PGC
(decreto-lei 1813 de 24.11.80)

- isenção, por dez anos, de IR, IPI e ICM - 100% até janeiro 1986 - com Resolução 14: 50% e reinvestimento orientado pelos governadores dos estados em infraestrutura econômica e social
- a partir de 1982, também para empreiteiras de grandes obras (Camargo Correa: silício metálico em Tucuruí- planta em área da Aeronáutica ? Queiroz Galvão: pecuária e Beter: ferro-gusa em Marabá)
- aceleração da ocupação e controle da região: favorecimento da grande empresa, associada às multinacionais, para rápida apropriação do território (política incentivos fiscais - em volume jamais visto - é a estratégia do Estado-nacional para atração dos investimentos)
- 45 projetos aprovados desde 1980
polos industriais: São Luís, Rosário, Santa Inês, Açailândia, Imperatriz (MA) e Barcarena, Marabá, Parauapebas, Carajás (PA) e Araguaína (GO)
infraestrutura (energia elétrica, ferrovia, portos); governo projetos produtivos: iniciativa privada
lavra de ouro (Gurupi e Salobo); produção de fertilizantes; silício metálico (Camargo Correa, Tucuruí); manganês, alumínio alumina; ferro-ligas (Açailândia, Marabá e Parauapebas); ferro gusa (Açailândia); cimento (Filadélfia - GO); destilaria de etanol carburante (Conceição do Araguaia), pecuária (Queiroz Galvão, Portel -PA), dendê, babaçu, colonização (Alto Alegre em Santa Luzia, "projeto-piloto" PGC)
APESAR CONSTATAÇÃO MÁ APLICAÇÃO INCENTIVOS FISCAIS (ex:SUDAM ver Folha de S.Paulo, 26.5.86)

US\$ 14 bilhões investimentos: 85% - 23 projetos no Pará
 (fonte: SE-PGC - jul.86) 14% - 21 projetos no Maranhão
 1% - 1 projeto em Goiás

Recursos: próprios dos investimentos62%
 FINAM/FINOR..... 1%
 Carajás (isenções) 3%
 outras fontes (externas) 34%

do total: 51% nacional e 49% externos
 (1985-1986: 2 a 5% dos projetos aprovados)

infraestrutura: 67% dos investimentos: 35% Tucuruí
 30% PFC
 2% Portobrás
 33% projetos produtivos: 28% alumínio-alumina
 5% outros

dos US\$ 60 bilhões previstos (em dez anos):

	investimentos	receita
previstos	US\$ 28,2 bi	9,2 bi
realizados	10 bi	3,3 bi
%	27%	30%

ajustamento equipe interna SE: sede em Brasília e representantes regionais (Belém e São Luís) -"planejamento regional" é prioritário - cf João Urbano Cagnin - SE - SBPC-Curitiba 86

MAS duas orientações políticas na SE:

- 1- grandes projetos para beneficiamento minérios (aprovação apressada - lobbies empresas mineração do sul - MG)
- 2- restrição PGC em torno da EFC - corredor da ferrovia: maior concentração investimentos (orientação SE/MA)
 - importância ao corredor da ferrovia: "área de influência" definida pela CVRD agora: 100 km para cada lado, a partir do leito da ferrovia - origem do Plano Diretor? CVRD ou SE-PGC ? (os dois procurar interferir na questão sem coordenação respectivas atividades)
 - CVRD: realização de estudos para a indicação das áreas industriais (empresa consultoria RJ ?)
 - SE-PGC: isenção de impostos e aprovação (pelo CI) dos 45 projetos sem consulta à CVRD e sem macrozoneamento
 - CVRD: elaboração do "projeto impacto sócio-econômico": destinação 8% lucro líquido CVRD fase 35 MTPA para financiamento projetos às populações na "área de influência" (não repetir erros sistema-sul - Itabira-MG - só indenizações),

Visão CVRD:

- eficiência empresarial (lucros) conjugada com conhecimento científico (o desempenho das consultorias): estatal "bem sucedida"
 - estudos sócio-econômicos a posteriori ("bolso do colete") por técnicos que conhecem pouco a região (salvo algumas exceções) MAS recusa discussão aprofundada na região (comunidade científica alijada)
 - "preocupação" meio-ambiente/índios: para atrair recursos externos e não repetir erros do sistema sul - internamente: tecnocratas e "conservacionistas" "para inglês ver" financiamentos: BIRD (já pagou) e CEE (só recebeu metade) agora: recursos próprios (?), alemães e japoneses
- MAS-quais as relações com outras empresas - privadas - na região (sobretudo guseiros MG) ?
- relações com a população local ? CVRD se substitui ao Estado (autoritário e repressor, muitas vezes) desapropriações coercitivas pequenos proprietários (área do porto, bairro Anjo da Guarda, São Luís [SMDDH] e região do Alto Alegre e Cidelândia, no Maranhão)
 - presença impositiva: núcleos habitacionais projetados (modificação costumes nos existentes - rupturas, transformações por que estão passando a rede urbana regional com ações de ampliações de patrimônios- arrecadações GETAT)
- regularização fundiária das terras em que se localizam as jazidas - 429 mil hectares: "Área de concessão imediata de direito real de uso" (instrução MEAF 05/81)
 - controle da área pretendida: esquema policial repressivo (Notificação PF Marabá) e assentamentos através do GETAT: CEDERES - fracasso (infraestrutura, malária, etc.) - 70% índice desistência

Visão população local

- foram ignoradas - omissão plano inicial (altos custos sociais implantação PGC) - "populações rarefeitas" e "economia de subsistência" (e economia camponesa ? - produção arroz MA ?)
- submissão pequenos proprietários aos processos indenização
 - expulsão pela CVRD - sem acesso aos expedientes burocráticos e políticos das indenizações - tratamento diferenciado pequenos, médios e grandes proprietários) - ex : área do porto (Anjo da Guarda - São Luís)
- medo do que está por acontecer - prevenção contra indenizações injustas (ex: Piquiá - Açailândia, MA - STR - as "fábricas de poluição" ou Novo Breu, Tucuruí, PA, povoado formado pelos

expropriados de Tucuruí) Camargo Correa e usina de silício-metálico

- "mão-de-obra potencial": referência à população regional pelos planejadores oficiais - carvoeiros ??
- acentuam-se movimentos migratórios
- projetos concentradores de terras e de capital têm nos conflitos o seu "avesso" flagrante

As populações indígenas

-Convênio CVRD-Funai (junho 1982) - 5 anos - US\$ 13,6 milhões (recursos da SEPLAN) por pressão Banco Mundial para aval financeiro ao PFC - "projetos de apoio" elaborados pela Funai 12.000 índios - 23 áreas: 40% demarcadas

31% invadidas

exs: Guajá - sem demarcação - bauxita e IBDF - pouco contato

"Suruí" - demarcação apressada - homologação 1982

Gavião (Mãe Maria) - GETAT, outros posseiros, grande propr.

Xikrín (Cateté) - invasão madeiras, interesses exploração minérios CVRD (pesquisa), invasão Grã-Reata

- "projetos de apoio" (ASPLAN): genéricos, melhoria infraestrut. Funai, manutenção postos e distribuição "miçangas tecnológicas" (tratores, caminhões, etc.) - contrariaram cláusulas convênio (obrigações estatutárias agência tutelar oficial)

60% dos recursos foram gastos até junho 86:

30% - obras

20% - equipamentos

11% - terras

8% - manutenção

5% - saúde

a partir de 1984- prioridades: terras e saúde - CVRD solicitou ressarcimento recursos manutenção à SEPLAN (?)

EQUÍVOCO: destinar vultosos recursos, através da Funai, como "exigência" grandes projetos à "proteção" territórios (e povos) indígenas - situação atual na área do PGC demonstra a falácia desse argumento - as pressões são muito mais intensas, aliadas aos madeireiros e garimpeiros

- prioridade demarcação/homologação: eficiência CVRD perante Banco Mundial (pressões) - questão política: dividendos em ano eleitoral

Críticas sistemáticas dirigidas ao PGC

- IBASE - avaliação exaustiva do Estudo Preliminar (JICA) - enclave voltado para a exportação (e mercado interno ?) necessário refazer o plano inteiramente - novo cronograma para utilização dos recursos minerais: 20 anos - prazo de maturação para pesquisa geológica (só ferro já é razoavelmente conhecido) - pressa acabará por entregar às multinacionais os recursos estratégicos!)
crítica à proposta megalomaniaca - custos sociais muito elevados!
- Simpósio Alternativas para Carajás - Congresso Nacional - 1982
 - Propostas da Federação das Indústrias do Estado do Pará - set.82 (e empresariado nacional? e tecnologia própria ? e internalização dos benefícios?)
 - necessidade ampliar discussão
 - SBPC - seguidas reuniões anuais (Belém, Campinas, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba) - protestos da comunidade científica publicações Grupo de Trabalho Carajás - Regional Rio - Ciência Hoje e Ciências da Terra
 - autores diversos: Paulo Sá (Brasil Mineral, junho 86 - a questão do alumínio, também Marcos Dantas - Relatório Reservado), Lúcio Flávio Pinto, Raymundo Cota Garcia e outros
 - redirecionamento da política de incentivos fiscais - agora: interesses clientelísticos (governos estaduais no CI) - "desenvolvimento integrado" ?
 - legitimidade institucional Conselho Interministerial ? capacidade efetiva para avaliar e fiscalizar in loco os projetos da "área Programa" ? - transparência das decisões ? maior democratização do processo decisório ? *
 - NECESSIDADE DE CONTROLE ATRAVÉS DO CONGRESSO NACIONAL (concessão de isenções e aprovação dos projetos)
 - debate efetivo nos meios científicos - Comissão Ciência e Tecnologia ativa ? representativa ?
 - difusão conhecimento produzido localmente
- * favorecimento iniciativas nem sempre justificáveis: PROMETAL (ex.) - AD nº 9/85 - ferro-ligas em Parauapebas - sopé da Serra dos Carajás - local sujeito a inversões térmicas: poluição intensa ("Cubatanização") - anulação esforços CVRD "proteção ambiental" nas áreas da mina e do porto

- implantação dos polos metalúrgicos sem macrozoneamento ?
(critérios escolha: proximidade mina e facilidade de transporte - retorno trens CVRD)
consequências implantação áreas inadequadas:
 - degradação ambiental severa (poluição atmosférica, das águas, erosão acelerada, etc.)
 - valorização terras privadas - especulação
 - obras de adaptação do terreno a preços elevados (aterros, etc.)
 - altos custos de produção
 - infra-estrutura às custas do governo federal (i.e. contribuintes)
- polos metalúrgicos sem estudos de mercado ?

sem estudos de manejo florestal para produção de carvão vegetal (abastecimento usinas - pequenos produtores serão transformados em carvoeiros, i.e. atividade complementar em essencial?)

- "As empresas se instalam, depois a gente conserta" (sic - SECPLAN/MA - jan.86)

Metas industriais - distritos - CDI/MA

São Luís - infraestrutura para grandes empresas (CVRD e ALUMAR)

- convencer empresas espalhadas pela cidade a se transferirem para o distrito (40% munic. São Luís)

Imperatriz - área adquirida, aguarda recursos SUDENE para infraestrutura (só energia à disposição agora)

Açailândia (Piquiá) - empresários escolheram local - terras entre a rodovia e a ferrovia (Estado ou município não possuem terras devido titulação GETAT)

seg. CDI/MA: CVRD levou empresários para Piquiá quando ainda não havia estudos ambientais sobre essa área - CVRD: interesses ligados a transportes de grandes cargas a longas distâncias

CDI/MA não dispõe de informações sobre restrições ambientais ao polo siderúrgico Açailândia (5 empresas) para possível revisão!

portanto, implantação em andamento com pouco ou nenhum controle CDE/MA

→ Santa Inês - não existe definição área para distrito industrial MAS empresas já querem se instalar (projetos em análise na SE-PGC)

Rosário - fase contatos preliminares - recursos SUDENE - MAS empresas já querem se instalar

("As empresas se instalam, depois a gente conserta" - SECPLAN/MA)
jan-86

CDI/PA: duas diretrizes básicas: energia (UHE Tucuruí)

melhoria transportes rodo-hidroviários

critérios p/ instalação distritos industriais região Carajás:

facilidades transporte e proximidades área jazidas

- impactos ecológicos para a região definitivamente não estão em cogitação - seg. Superintend. CDI/PA "esta é uma oportunidade única na história paraense para os próximos 20 a 50 anos, até que surja um novo perfil de consumo" (necessidade de atrair empreendimentos para o Estado do Pará a qq. custo, senão MA pode ser novamente o grande beneficiado como caso portos Itaqui e Pta. Madeira)

- admite inexistência de estudos de manejo vegetal para o carvoejamento e que pode haver abusos

- 25.000 ha - área a ser desmatada "de forma produtiva"

"necessário organizar a indústria carvoeira"

desmatamento X fiscalização (IBDF ?)

são necessários $3,78m^3$ carvão para 1 ton gusa

$2,2m^3$ lenha para $1,0m^3$ carvão

1 ha para $300 m^3$ lenha

portanto, para produção de gusa aprovada (472 ton/ano)

$1.784.160 m^3$ carvão - $3.925.152 m^3$ lenha ou

13.084 ha/ano para carvoejamento (cf. Raymundo Cota Garcia em relat. p/ CVRD)

MAS madeira já é buscada a um mínimo de 50 km de distancia

- distritos industriais geridos pelo Estado - promessa de convenio com prefeituras municipais p/ gestão descentralizada

→ Marabá: inexistência estudos para implantação distritos (2) industr. de 3 alternativas foi escolhida a Fazenda Mutran (entre ferrovia, PA-150 e direita da Transamazônica em direção a "estreito)

- CVRD adiantou Cr\$ 60 milhões (IUM - nov.85) para obras infraestrutura (avaliadas em Cz\$130 milhões)

Parauapebas - ainda não existe área distrito industr. oficialmente MAS PROMETAL adquiriu área em torno EFC, próxima "pera de embarque" da mina - luta para instalar ali distrito industrial e gozar dos benefícios fiscais dessa medida

- inexistente estudo para este distrito - lacuna entre desenvolvimento industrial e estrutura treinamento mão-de-obra da e na região (200 km de distância - onde empreendimentos siderúrgicos buscarão madeira para carvoejamento)

Tucuruí: qual a área para o distrito industrial ?

- crise desemprego assolante após paralisação obras UHE Tucuruí
- possibilidade novos empregos: 2ª fase barragem ?
indústria silício-metálico
(Camargo Correa - em implant.)

siderúrgicas planejadas para a região EFC: tamanho mais ou menos padronizado - 50/60 ton/ano - corresponde tamanho cada forno

- 40% florestas sul do PA estão devastadas (cf. Depto. Manejo Florestal de Ciências Agrárias do Pará - Prof. André Luís Lopes de Souza) média dos últimos 5 anos: 3 milhões ha/ano desmatamentos ao longo EFC demonstram descaso - anulam esforços CVRD área mina

preocupação meio-ambiente: fiscalização padrões aceitáveis de poluição ? - qq. incúria transformará São Luís em Cubatão (rio Anil já poluído pela MERCK) - tecnologias anti-poluidoras apresentam custos elevados - lagos decantação lama vermelha (ALCOA): riscos poluição lençóis freáticos São Luís - não passam no teste das marés mais altas!)

- questão energética

- opção pela implantação de indústrias que demandam energia intensivamente

sistema Norte-Nordeste: ALCOA (ALUMAR), CAEMI, SIDERMA/PROMETAL, ALBRÁS/ALUNORTE, VULCAN e FERRO CARAJÁS

ELN: ampliar linha alta tensão 500 kv de Tucuruí até São Luís, devido localização novos projetos industriais e, principalmente, localização ALUMAR, que financiou grande parte dessa obra, a fim de garantir seu abastecimento

- fornecimento de energia aos grandes projetos consumidores de alta tensão - 230 kv - porque fazem parte de uma política a nível federal de subsídios a tais projetos

ALUMAR consome (1ª fase) média de 150 - 200 MW (capacidade de cada gerador de Tucuruí: 350 MW) - excedente Tucuruí fica comprometido com cargas altamente concentradas a preços extremamente baixos

- saídas alternativas: viabilidade aproveitamento novas fontes de energia (biomassa.- babaçu, etc.) - pesquisa ? (PRODIAT ?)
- investimentos no potencial energético que garantissem a auto-suficiência da população - organização sistema produtivo baseado em energia/alimentos - escala de produção voltada para a pequena propriedade e tecnologia acessível (custos e simplicidade) ao pequeno e médio produtor
- limitação espacial e finitude de recursos

HISTÓRICO PGC

- 1967 - "descoberta" jazida ferro Carajás pela US Steel (sua subsidiária Meridional de Mineração) - após mudança legislação - Novo Código de Mineração contendo dispositivos que permitem a aplicação de capitais privados na pesquisa mineral - anteriormente, decreto 58.733 - 27.6.66 - estabeleceu acordo com EUA para aerolevantamentos e elaboração de cartas por sensoriamento remoto - condições humilhantes do Brasil nesse acordo que permitia aos EUA ampliar informações sobre patrimônio mineral brasileiro
- out. 1969 - US Steel dividiu (50%) com CVRD os títulos de alvarás de pesquisa para minério de ferro (emitidos pelo MME) cobrindo área de 160 mil ha
- 1970 - consórcio US Steel-CVRD - AMZA (Amazônia Mineração) p/ exploração ferro Carajás
- 1971 - CVRD funda subsidiária DOCEGEO para pesquisa bens minerais (fugindo dependência comércio ferro)
- [década crise internacional- multinacionais retiram-se pesquisa mapeamento CPRM/RADAM/DOCEGEO]
- [ago.1973 - Eng^o Raymundo Pereira "ascarenhas (então e atual pres. CVRD) admitiu ato de "magnanimidade" da US Steel - Meridional de Mineração "abdicou" de seu direito e "cedeu" 50% das jazidas à CVRD-("vergonha"que seria denunciada pelo Dep. Lysâneas Maciel - MDB-RJ- em discurso na Câmara no dia de sua cassação: poder concedente não era mais a União Federal e sim uma multinac! CVRD era líder do consórcio MAS Meridional tinha poder de veto - CVRD era mera agenciadora de vendas, presença formal)]
- 1974 - AMZA obtém direito de lavra para Carajás (100.000 ha)

- 1976 - visita Geisel ao Japão configura projeto alumínio
ALBRÁS-ALUNORTE (Nippon Amazonian Aluminium LT - CVRD)
- início construção UHE Tucuruí - necessidade suprir energia
para ALBRÁS (Barcarena - PA)
- AMZA (i.e. US Steel) define-se pela construção ferrovia
ligando a Serra dos Carajás aos portos de Itaqui (reforma)
e Ponta da Madeira (construção) - MA - 890 km
(opção técnica ferrovia-porto em função da política de
exportação de minério de ferro, agregada às exigências
das multinacionais: porto de águas profundas para navios
de grande porte para a Ásia, em condições competitivas
com Austrália e África do Sul)
- 1977 - * desfeito consórcio US Steel - CVRD (US Steel recebeu
indenização de 50 milhões de dólares
* Est. do Pará vendeu área jazida Carajás para a CVRD
(412 mil ha) - operação cancelada devido críticas
(extensão da área)

- 1979 - Projeto Ferro ressuscitado com gov. Figueiredo
- CVRD assessorada por empresa japonesa - JICA - preparou
um plano integrado de desenvolvimento envolvendo, além do
Projeto Ferro (PFC), um plano global de exploração de
recursos para exportação - segmentos minero-metalúrgico,
agroindustrial, pecuária - Estudo Preliminar do Desenvol-
1980 vimento Regional do Corredor de Carajás no Brasil, março 80

↘ em função do início PFC - mina/ferrovia/porto e da decisão
da ALCOA (planta de alumínio em São Luís - ALUMAR) foi
criado o PGC na SEPLAN para coordenação ações setoriais
PGC não é personalidade jurídica - corpo de técnicos que
assessoram o Conselho Interministerial - 10 ministros (e
3 governadores agora) - [pres. Min. Planejamento - criado
por decreto-lei nº 1.813 de 24.11.80 - institui regime
especial de incentivos fiscais para os empreendimentos
integrantes do PGC - isenção, por 10 anos, de IR, PPI, ICM]

[abril 1981 - Amazônia Oriental: Plano Preliminar de Desenvolvi-
mento, (Internacional de Engenharia- CVRD)]

1981 - Comissão de Ciência e Tecnologia - programa para assessorar área ambiental e tecnológica - nunca funcionou

- extinção AMZA - acervo incorporado à CVRD (SUCAR)

[dez.1981 - instrução MEAF 05/81 - área arrecadada: "Área objeto da concessão imediata de direito real de uso à CVRD" - regularização fundiária ?? - 429 mil ha

fev. 1982 - Projeto Grãos - EMBRAPA

abril 1982 - Diretrizes Gerais para Carajás Agrícola (minuta)]

1982 - isenção fiscal especial para as empreiteiras de grandes obras (Camarago Correa, Odebrecht, etc.) que tinham maiores recursos a pagar (IR) - foram isentas desde que reinvestissem em outras áreas do PGC;

- CVRD obtém concessão direito de lavra manganês (metalurgia: empresas privadas)

1985 - fim da "Velha República" - PGC foi democratizado com inclusão governos estaduais e ministro C&T no CI

~~1986~~ 1986 - início reestruturação SE - resolução 14 (janeiro) do CI: novas regras reduzindo isenção IR em 50% e fazendo com que essa isenção seja canalizada através dos estados para obras de infra-estrutura econômica e social na área do PGC